

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

## ACÓRDÃO Nº 998/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 1638/2011 – 12 volumes.****2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão:** Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINF.**4- Exercício:** 2010.**5- Responsável:** Sra. Waldívia Ferreira Alencar, Secretária SEINF.**6- Unidade Técnica:** Informação nº 517/2015 – DICOP, (fl. 2358).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1186/2015–MP–RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 2268/2280v).**8 - Apensos:****Processo nº 4657/2010 (3 volumes)** - Representação do Ministério Público junto ao Tribunal para o acompanhamento da concorrência n. 46/2010, da Secretaria de Estado da Infraestrutura.**Processo nº 4775/2010 (3 volumes)** - Representação do Ministério Público junto ao Tribunal para o acompanhamento da concorrência n. 47/2010, da Secretaria de Estado da Infraestrutura.**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINF. Exercício de 2010. Examinam-se em conjunto as Representações apensas.*Contas regulares com ressalvas. Recomendação à origem. Multas. Apensamento do Processo n. 4657/2010 ao Processo n. 913/2012. Desapensamento do Processo n. 4775/2010.***10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/A, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro -Relator, em **parcial consonância** com o posicionamento exarado pelo Órgão Ministerial, no sentido de:

**10.1 - À UNANIMIDADE:**

**10.1.1** - julgar **REGULARES, COM RESSALVAS**, as contas da Secretaria de Estado da Infraestrutura, relativas ao ano de 2010, sem prejuízo da análise de ajustes que aqui não foram expressamente apreciados e que constam do escopo de auditorias relativas ao exercício de 2011;

**10.1.2- Recomendar à origem** quanto aos aspectos ressalvados no Relatório/Voto, em especial aqueles abrangidos e examinados nos itens 14 a 19, 28, 32, 35 e 36;

**10.1.3- Aplicar multa à responsável**, Senhora **Waldívia Ferreira Alencar**, no valor de **R\$ 13.000,00**, com base no disposto no parágrafo único do art. 53, da Lei n. 2423, de 10 de dezembro de 2006 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas), em



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 998/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

decorrência das impropriedades apontadas nos itens 14 a 19, 28, 32, 35 e 36 do Relatório/Voto;

**10.1.4-** Determinar o **apensamento do Processo n. 4657/2010**, nos termos da fundamentação constante do item 58 do Relatório/Voto, **ao Processo n 913/2012**, que cuida da prestação de Contas da SEINFRA, relativa ao exercício de 2011.

**10.1.5-** Determinar, nos termos da fundamentação constante do item 59 do Relatório/Voto, o **desapensamento do Processo n. 4775/2010** destes autos e que tenha tramitação autônoma.

**10.1.6-** Dar conhecimento ao Ministério Público que o Relator determinou monocraticamente a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (fls. 2359 e 2359-v) e que quanto à proposta “*extração de cópias à Corregedoria da Corte para exame de eventual responsabilidade funcional do servidor de matrícula 111-2A*” (sic), que o próprio Ministério Público, se entender cabível, adote as providências nesse sentido.

**10.2- POR MAIORIA, aplicar multa** à responsável, Senhora **Waldívia Ferreira Alencar**, no valor de **R\$ 1.096,03**, com base no disposto no art. 308, II, do Regimento Interno deste Tribunal, por inobservância dos prazos legais para remessa ao Tribunal, de informações e documentos essenciais à fiscalização.

***Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.***

**11- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 25 de novembro de 2015.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente, em substituição

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral